

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.635, DE 2023

Cria o Selo “Empresa Amiga da Amamentação” e altera a Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022, a fim de estimular o desenvolvimento de ações de incentivo ao aleitamento materno.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Selo “Empresa Amiga da Amamentação”, com o objetivo de incentivar o aleitamento materno.

Art. 2º O Selo “Empresa Amiga da Amamentação” será concedido pelo Poder Executivo às empresas que cumprirem os seguintes requisitos:

I - cumprimento das disposições do art. 396 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, e em instrumentos de negociação coletiva que estabeleçam os direitos da empregada lactante;

II - manutenção de local, horários e condições adequadas para uso das mulheres lactantes para amamentação ou coleta de leite materno;

III - execução de campanha interna para conscientização da importância do aleitamento materno, estímulo à doação aos bancos de leite humano e sobre os malefícios do fumo, consumo de álcool e drogas ilícitas para o desenvolvimento fetal e evitar a automedicação; e

IV - iluminação ou decoração de seus espaços externos com a cor dourada, durante o mês de agosto, para conscientizar a comunidade sobre a importância da amamentação, durante a campanha mundial de incentivo ao aleitamento materno.



Parágrafo único - A exigência constante do inciso IV deste artigo somente será exigida caso não haja vedação expressa em convenção de condomínio.

Art. 3º O Selo “Empresa Amiga da Amamentação” poderá ser utilizado pelo período que lhe for concedido em embalagens, anúncios publicitários e peças de publicidade.

Art. 4º O Selo “Empresa Amiga da Amamentação” será válido por 1 (um) ano e será reavaliado periodicamente, observados os mesmos critérios.

Parágrafo único. A concessão do Selo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser revogada em caso de advertência, multa ou outra penalidade por descumprimento da legislação trabalhista durante todo o período de concessão.

Art. 5º É vedada a concessão do Selo de que trata esta Lei a autuados em processo administrativo concluído ou condenados pela exploração de trabalho infantil.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada ALICE PORTUGAL
Relatora

